



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi
Cerrado GO**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO

Goiânia / GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Diante dos impactos da pandemia, mobilizamos parceiros e associados e arrecadamos mais de 12 toneladas de alimentos. Para os nossos associados empreendedores, disponibilizamos o Programa Juntos, em parceria com o Sebrae Goiás. O programa proporcionou mentoria focada durante 30 dias, em marketing digital, gestão financeira e design thinking.

Durante este período, abrimos escritório de negócios em São Luís de Montes Belos-GO. Também encaminhamos a instalação de escritório de negócios em Goiatuba-GO e a reinauguração da agência Verde, em Rio Verde-GO, ambos com conclusão neste início de 2021.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos o Programa Juntos, que ofertou mentoria virtual aos associados em parceria com o Sebrae Goiás, e arrecadação de alimentos em prol de famílias e entidades impactadas, ultrapassando 12 toneladas doadas.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		741.586	512.740	PASSIVO		641.043	428.847
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	3.116	7.439	DEPÓSITOS	(Nota 12)	480.881	288.505
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		734.246	502.540	Depósitos à vista		152.224	73.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	6.355	11.800	Depósitos interfinanceiros		41.661	61.403
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	105.360	48.676	Depósitos a prazo		286.996	154.026
Centralização financeira	(Nota 04)	172.267	79.860	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		124.079	108.672
Operações de crédito	(Nota 07)	426.987	342.733	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	120.316	104.807
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	23.277	19.471	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	1.969	1.959
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(25.295)	(23.062)	Obrigações por repasses	(Nota 15)	247	-	
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	5.994	5.780	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	1.547	1.906
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	8.710	5.591	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTA (Nota 17)		139	107
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	13.314	12.946	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	35.944	31.563
INTANGÍVEL	(Nota 11)	1.501	1.506	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	100.543	83.893
				CAPITAL SOCIAL		62.539	55.040
				RESERVAS DE SOBRAS		35.284	25.763
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.720	3.090
TOTAL DO ATIVO		741.586	512.740	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		741.586	512.740

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	36.145	74.256	77.450
Operações de crédito (Nota 07)	34.563	71.244	76.772
Resultado títulos e valores mobiliários	1.582	3.012	678
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(13.971)	(32.185)	(34.563)
Operações de captação no mercado	(3.252)	(7.338)	(11.089)
Operações de empréstimos e repasses	(3.091)	(6.314)	(6.020)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(7.628)	(18.533)	(17.454)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22.174	42.071	42.887
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.981)	(24.000)	(21.920)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	7.864	14.437	12.481
Rendas de tarifas bancárias	3.288	6.363	5.762
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(9.948)	(19.767)	(18.247)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(9.111)	(18.615)	(19.345)
Dispêndios e despesas tributárias	(102)	(323)	(471)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	3.413	6.321	9.313
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(6.385)	(12.416)	(11.413)
RESULTADO OPERACIONAL	11.193	18.071	20.967
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(20)	(80)	20
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	11.173	17.991	20.987
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	381	(51)	(100)
Provisão para Imposto de Renda	241	(30)	(55)
Provisão para Contribuição Social	140	(21)	(45)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.758)	(2.635)	(2.604)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.796	15.305	18.283

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	42.430	14.949	1.585	58.964
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	782	-	(1.561)	(779)
Outras destinações	-	-	(24)	(24)
Capital de associados				
Aumento de capital	13.086	-	-	13.086
Baixas de capital	(4.042)	-	-	(4.042)
Resultado do período	-	-	18.283	18.283
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.545)	(1.545)
Juros sobre o capital próprio	2.784	-	(2.834)	(50)
Reserva legal - Estatutária	-	10.814	(10.814)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	55.040	25.763	3.090	83.893
Mutações do Período	12.610	10.814	1.505	24.929
Saldos no início do período em 01/01/2020	55.040	25.763	3.090	83.893
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.520	-	(3.037)	(1.517)
Outras destinações	-	-	(53)	(53)
Capital de associados				
Aumento de capital	10.379	-	-	10.379
Baixas de capital	(6.057)	-	-	(6.057)
Resultado do período	-	-	15.305	15.305
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.360)	(1.360)
Juros sobre o capital próprio	1.657	-	(1.704)	(47)
Reserva legal - Estatutária	-	9.521	(9.521)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	62.539	35.284	2.720	100.543
Mutações do Período	7.499	9.521	(370)	16.650
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	56.665	25.763	5.509	87.937
Capital de associados				
Aumento de capital	6.547	-	-	6.547
Baixas de capital	(2.330)	-	-	(2.330)
Resultado do período	-	-	9.796	9.796
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.360)	(1.360)
Juros sobre o capital próprio	1.657	-	(1.704)	(47)
Reserva legal - Estatutária	-	9.521	(9.521)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	62.539	35.284	2.720	100.543
Mutações do Período	5.874	9.521	(2.789)	12.606

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	9.854	19.154	24.284
Resultado do semestre/exercício	9.796	15.305	18.283
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	58	3.849	6.001
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(198)	2.233	5.537
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	-	(27)	-
Depreciação e amortização	1.472	2.777	1.936
Baixas do ativo permanente	157	194	72
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(13)	32	1
Destinações ao FATES	(1.360)	(1.360)	(1.545)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	43.685	72.678	(23.152)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.007	5.445	(3.419)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	32.392	(56.684)	(48.676)
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.925	-	91
(Aumento) em operações de crédito	(98.592)	(84.254)	(70.847)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	4.298	15.509	27.890
(Aumento) em outros ativos financeiros	(6.192)	(3.806)	(4.427)
(Aumento) Redução em outros ativos	990	(187)	(2.092)
Aumento em depósitos	93.240	192.376	74.630
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(449)	(359)	412
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(27)	257	(2.046)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(206)	(501)	(793)
Aumento em outros passivos	8.299	4.882	6.125
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	53.539	91.832	1.132
Aquisição de investimentos	(1.892)	(3.119)	(1.228)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.281)	(2.869)	(6.922)
Aplicações no intangível	(271)	(465)	(269)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.444)	(6.453)	(8.419)
Integralização de capital	6.547	10.379	13.086
Baixa de capital	(2.330)	(6.057)	(4.042)
Juros ao capital próprio	(47)	(47)	(50)
Distribuição de Sobras	-	(1.570)	(803)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	4.170	2.705	8.191
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	54.265	88.084	904
Caixa e equivalente de caixa no início do período	121.118	87.299	86.395
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	175.383	175.383	87.299

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	9.796	15.305	18.283
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	9.796	15.305	18.283

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 04/09/2003 e sede situada na Rua 147, 329, na cidade de Goiânia - Goiás. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 15 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais - acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") - a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COAF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Expositiva; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisão, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	3.116	7.439
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	172.267	79.860
Total	175.383	87.299

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.500	3.855	6.355	11.800
Total	-	2.500	3.855	6.355	11.800
Total circulante			2.500		-
Total não circulante			3.855		11.800

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - outros	-	9.309	775	10.084	-
Cotas de fundos de renda fixa	-	-	-	-	48.676
Cotas de fundos multimercado	95.361	-	-	95.361	-
(-) Provisão de desvalorização	-	(81)	(4)	(85)	-
Total	95.361	9.228	771	105.360	48.676
Total circulante				104.589	48.676
Total não circulante				771	-

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	5.286	46.719	107.915	116.779	276.699
Financiamentos	133	1.951	5.990	12.705	20.779
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.887	18.081	65.941	43.600	129.509
Total das operações de crédito	7.306	66.751	179.846	173.084	426.987
Avalis e fianças honradas	60	3	-	-	64
Títulos e créditos a receber	-	16.207	4.907	10	21.124
Total de outros créditos	60	16.210	4.907	10	21.187
Carteira total	7.366	82.961	184.753	173.094	448.174
Total circulante				275.080	258.154
Total não circulante				173.094	102.770

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	13.596	-	-	-
A	0,50	179.723	122.031	897	610
B	1,00	178.082	142.347	1.781	1.423
C	3,00	38.256	56.478	1.148	1.694
D	10,00	14.449	16.157	1.445	1.616
E	30,00	4.214	5.253	1.263	1.576
F	50,00	706	2.203	353	1.101
G	70,00	2.468	4.710	1.728	3.297
H	100,00	16.680	11.745	16.680	11.745
Total		448.174	360.924	25.295	23.062

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 60.567 (dezembro de 2019 - R\$ 62.750) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 839 (dezembro de 2019 - R\$ 1.297) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da Carteira	31/12/2019		
		A vencer						
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Pessoas físicas	2.693	36.889	65.049	54.314	158.945	124.588		
Rural	1.887	18.081	65.941	43.600	129.509	118.273		
Industrial	38	2.117	1.580	3.560	7.295	4.685		
Comércio	1.459	14.544	29.595	34.753	80.351	69.165		
Outros serviços	1.289	11.330	22.588	36.867	72.074	44.213		
Total	7.366	82.961	184.753	173.094	448.174	360.924		
Total circulante					275.080	258.154		
Total não circulante					173.094	102.770		

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	38.946	8,69	27.619	7,65
50 devedores seguintes	104.862	23,40	75.430	20,90
100 devedores seguintes	96.894	21,62	76.955	21,32
Demais	207.472	46,29	180.920	50,13
Total	448.174	100,00	360.924	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial		23.062
Constituição de provisão		32.763
Reversão de provisão		(14.230)
Movimentação de baixados para prejuízo		(16.300)
Saldo final		25.295
		23.062

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	24.516	51.598	61.374
Financiamentos	1.337	2.623	2.337
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.118	8.679	8.494
Outros	54	80	44
Subtotal	30.025	62.980	72.249
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.538	8.264	4.523
Total	34.563	71.244	76.772

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 31.429 (2019 - R\$ 14.084).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	21.124	18.127
Rendas a receber	987	717
Avaís e fianças honrados (Nota 07)	63	64
Operações com cartões	538	275
Devedores por depósitos em garantia	565	288
Total	23.277	19.471
Total circulante	23.267	19.468
Total não circulante	10	3

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	3.015	3.702
Adiantamentos e antecipações salariais	113	95
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.779	960
Adiantamentos para Confederação Sicredi	331	327
Impostos e contribuições a compensar	270	263
Cotas de consórcio	95	124
Pendências a regularizar	158	102
Outros	149	141
Total circulante	5.910	5.714
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	84	66
Total não circulante	84	66

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	2.966	3.723
Imóveis	2.966	3.663
Veículos e afins	-	60
Material em estoque	95	59
Despesas antecipadas	57	50
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(103)	(130)
Total circulante	3.015	3.702

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(130)	(130)
Constituição de provisão	(5)	-
Reversão de provisão	32	-
Saldo final	(103)	(130)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	3.495	2.684
Sicredi Participações S.A.	5.212	2.904
Outras participações e investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	8.710	5.591

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.692.988 ON	1.238.988 ON	3	3	3.494.717	2.683.848
	3.518.992 PN	2.573.160 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,44%	0,36%	1,86%	1,86%	5,52%	5,43%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	63.311	49.391
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	65.793	52.149
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	92
Valor do investimento	5.212	2.904	3	3	3.495	2.684

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	20.755	(7.441)	13.314	12.946	
Imobilizações em curso	-	2.583	-	2.583	4.091	
Terrenos	-	220	-	220	140	
Edificações	4%	7	(2)	5	5	
Instalações	10%	600	(176)	424	338	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	7.461	(3.136)	4.325	3.674	
Móveis e equipamentos	10%	4.036	(1.499)	2.537	2.061	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.292	(470)	822	651	
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.073	(2.026)	2.047	1.775	
Veículos	20%	483	(132)	351	211	
Intangível		3.444	(1.943)	1.501	1.506	
Investimentos Confederação		3.444	(1.943)	1.501	1.506	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	152.224	-	-	152.224	73.076
Depósitos interfinanceiros	1.888	39.773	-	41.661	61.403
Depósitos a prazo	2.547	5.722	278.727	286.996	154.026
Total	156.659	45.495	278.727	480.881	288.505

Total circulante	202.154	110.254
Total não circulante	278.727	178.251

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	120.316	104.807
Total	120.316	104.807

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	14.671	60.266	42.569	117.506	104.807
Total - Recursos do Crédito Rural	14.671	60.266	42.569	117.506	104.807
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	19	-	2.791	2.810	-
Total - Outros Recursos	19	-	2.791	2.810	-
Total circulante			74.956		67.295
Total não circulante			45.360		37.512

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 05/08/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	12	1.957	1.969	1.959
Total	-	12	1.957	1.969	1.959
Total circulante			12		1
Total não circulante			1.957		1.958

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
BNDES	24	74	149	247	-
Total	24	74	149	247	-
Total circulante			98		-
Total não circulante			149		-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	839	1.297
Recursos em trânsito de terceiros	708	609
Total circulante	1.547	1.906

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	139	107
Total		139	107

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	107	101	(69)	139
Total	107	101	(69)	139

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 71 e R\$ 1.305 (dezembro de 2019 - R\$ 41, R\$ 2.865 e R\$ 1), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	21.002	17.693
Provisão para pagamentos a efetuar	2.382	1.949
Cotas de capital a pagar	2.297	1.583
Provisão para participações nos lucros	2.768	2.791
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.436	1.545
Impostos e contribuições a recolher	623	635
Credores diversos	2.614	2.602
Cheques administrativos	1.724	1.372
Cobrança e arrecadação de tributos	1	57
Pendências a regularizar	97	1.336
Total Circulante	35.944	31.563

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-parte de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-parte, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	62.539	55.040
Total de associados	21.561	18.908

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 7.499 (2019 – R\$12.610), sendo R\$ 3.177 (2019 – R\$ 3.566) via integralização de resultados e R\$ 10.379 (2019 – R\$ 13.086), via integralização de quotas-parte. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-parte, no montante de R\$ 6.057 (2019 – R\$ 4.042).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,04% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.704, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	15.356	18.383
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(6.142)	(7.353)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	5.360	6.085
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	682	1.134
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	33	55
Demais adições e exclusões previstas na legislação	16	(21)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(51)	(100)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	6.355	11.800
Titulos e valores mobiliários (Nota 06)	105.360	48.676
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	172.267	79.860
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	762	567
Outros ativos (Nota 09)	331	327
Investimentos (Nota 10)	8.710	5.591
Intangível (Nota 11)	1.501	1.506
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	41.661	61.403
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	120.316	104.807
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	1.969	1.959
Outros passivos (Nota 18)	19.745	17.373
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	3.012	678
Ingressos e receitas de prestação de serviços	2.800	2.585
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	3.230	6.094
Despesas		
Operações de captação no mercado	1.736	3.417
Operações de empréstimos e repasses	6.307	6.020
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	821	1.217
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	5.960	5.899

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	159	0,00%	62
Depósitos a prazo	2.910	1,01%	2.852
Operações de crédito	1.004	0,24%	706

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.122	3.482

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	6.073	12.126	10.538
Benefícios	1.524	3.315	3.039
Encargos sociais	2.339	4.275	4.082
Treinamentos	12	51	588
Total	9.948	19.767	18.247

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	280	573	537
Aluguéis	1.411	2.779	2.407
Comunicação	461	944	1.047
Manutenção e conservação	440	921	923
Material de expediente	168	307	313
Processamento dados	297	572	393
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	497	1.358	2.081
Serviços do sistema financeiro	775	1.530	1.554
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	975	1.632	1.144
Serviços de vigilância e segurança	511	1.035	1.075
Serviços de transportes	510	1.074	680
Depreciação	1.199	2.307	1.572
Amortização (Rateio Confederação)	273	470	364
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	207	479	806
Emplamentos e taxas diversas	209	638	560
Outras despesas administrativas	898	1.996	3.889
Total	9.111	18.615	19.345

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de despendidos - FATES	206	501	793
Recuperação de encargos e despesas	98	193	607
Ingressos depósitos intercooperativos	1.497	3.096	6.016
Reversão de provisões operacionais	484	995	903
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	504	918	647
Reversão de provisões para passivos contingentes	50	69	128
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	312	312	-
Outras rendas operacionais	262	337	219
Total	3.413	6.321	9.313

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DESPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.228	2.782	2.239
Contribuições Cooperativistas	100	181	125
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	175	542	719
Contribuição Confederação Sicredi	2.137	4.081	3.822
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	401	713	734
Encargos da administração financeira	2	3	31
Repasso Administradora de Cartões	-	59	152
Provisões para garantias financeiras prestadas	229	460	1.014
Provisões para passivos contingentes	37	101	128
Outras provisões operacionais	302	591	555
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	992	1.502	853
Risco operacional	59	209	437
Outras despesas operacionais	723	1.192	604
Total	6.385	12.416	11.413

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	9.796	15.305	18.283
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	9.796	15.305	18.283

NOTA 27 – COOBIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	60.567	62.750
Total	60.567	62.750

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela Instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Relatórios periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócios, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócios com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabelece responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	99.042	82.387
Nível I (NI)	99.042	82.387
Capital principal - CP	99.042	82.387
Capital social	62.539	55.040
Reservas de capital	35.284	25.763
Lucros acumulados	2.720	3.090
Ajustes Prudenciais	(1.501)	(1.506)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	539.184	441.983
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	246	1.035
Margem de Capital	48.921	34.944
Índice de Basileia (PR / RWA)	18.37%	18.64%
Situação de Imobilização (Imob)	13.317	12.950
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13.45%	15.72%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Edson Pedro Schneider
Diretor Executivo
CPF: 528.599.320-20

Valdiney Prins Pereira
Diretor de Operações
CPF: 004.176.501-08

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Goiânia / Goiás, 08 de fevereiro de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goias - Sicredi Cerrado GO e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Claudemiro Humberto De Sene
Conselheiro

Fabio Pereira Dos Reis
Conselheiro

Poliana Pires Camilo Freitas
Conselheira